

## ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA ELEIÇÃO DE PORTO ALEGRE

*ANALYSIS OF JOURNALISTIC COVERAGE ON CLIMATE CHANGE IN THE PORTO ALEGRE ELECTION*

*ANÁLISIS DE LA COBERTURA PERIODÍSTICA SOBRE EL CAMBIO CLIMÁTICO EN LA ELECCIÓN DE PORTO ALEGRE*

Daniela Silva Neves <sup>1</sup>  
Dneves1505@gmail.com

Eloisa Beling Loose <sup>2</sup>  
eloisa.loose@ufrgs.br

Eutalita Bezerra da Silva <sup>3</sup>  
eutalita@gmail.com

### RESUMO

Esse artigo discute o papel do Jornalismo na promoção da pauta climática durante as eleições municipais de Porto Alegre, após o desastre climático ocorrido em maio de 2024. A hipótese de pesquisa foi de que, devido à gravidade do caso, haveria debate ampliado sobre adaptação, resiliência e prevenção associadas às mudanças climáticas durante a campanhas e a cobertura jornalística sobre o assunto permitiria identificar essas questões. Partiu-se da Análise de Conteúdo das notícias publicadas em Correio do Povo, GZH, Matinal e Sul21 no período da campanha eleitoral, a partir de matérias que tinham como intersecção as eleições e o evento climático. A conclusão foi de uma baixa cobertura sobre o tema e com ênfase na responsabilização dos culpados pelo ocorrido, em detrimento da proposição de medidas de prevenção.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e jornalista (Agente Universitária) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

<sup>2</sup> Docente vinculada ao Departamento de Comunicação e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Comunicação pela UFRGS. Coordenadora do Laboratório de Comunicação Climática (CNPq/UFRGS).

<sup>3</sup> Jornalista, pesquisadora e doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vinculada ao Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS) e Laboratório de Comunicação Climática (CNPq/UFRGS).

**Palavras-chave:** Cobertura jornalística; Eleição de Porto Alegre; Desastre climático; Mudanças climáticas.

## ABSTRACT

This article discusses the role of journalism in promoting the climate agenda during the local elections in Porto Alegre shortly after the climate disaster that broke out in May 2024. The research hypothesis was that, due to the severity of the event, there would be an expanded debate on adaptation, resilience, and prevention associated with climate change during the campaigns of mayoral candidates and the press's election coverage. This research was based on content analysis of news published in *Correio do Povo*, *GZH*, *Matinal*, and *Sul21* during the election campaign, focusing on articles that intersected the elections and the climate event. The analysis identified low coverage of the topic, with an emphasis on holding those responsible for the event accountable rather than proposing preventive measures.

**Key words:** Journalistic coverage; Porto Alegre election; Climate disaster; Climate changes.

## RESUMEN

Este artículo analiza el papel del periodismo en la promoción de la agenda climática durante las elecciones municipales de Porto Alegre, justo después del desastre climático que ocurrió en mayo de 2024. La hipótesis de la investigación era que, debido a la gravedad de lo ocurrido, habría un amplio debate sobre la adaptación, la resiliencia y la prevención asociadas al cambio climático durante las campañas de los candidatos a la alcaldía y la cobertura electoral de la prensa. Para esta investigación, se partió del análisis de contenido de las noticias publicadas en *Correio do Povo*, *GZH*, *Matinal* y *Sul21* durante el período de la campaña electoral, a partir de artículos que tenían como intersección las elecciones y el evento climático. El análisis identificó una baja cobertura sobre el tema y un énfasis en la responsabilización de los culpables de lo ocurrido, en lugar de proponer medidas de prevención.

**Palabras clave:** Cobertura periodística; Elecciones de Porto Alegre; Desastre climático; Cambio climático.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre o final de abril e o início de maio de 2024, o Rio Grande do Sul experienciou a sua maior tragédia climática. Na ocasião, acumulados expressivos de chuva atingiram 478 dos 497 municípios do estado, causando 184 mortes e deixando 25 desaparecidos (Inmet, 2025). Segundo o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), os volumes de chuva registrados entre 20 de abril e 03 de maio de 2024 foram superiores a 800 milímetros em algumas cidades gaúchas.

Conforme estudo da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que classificou o acontecimento como “um dos eventos hidrológicos extremos mais devastadores já registrados no Brasil, com chuvas de intensidade, duração e abrangência sem precedentes” (ANA, 2025, p. 7), quase 2,4 milhões de pessoas foram impactadas pela enxurrada, e mais de 15 mil quilômetros quadrados ficaram submersos no Rio Grande do Sul. O estudo apontou que 146 mil pessoas foram desalojadas, e mais de 50 mil desabrigadas, contabilizando prejuízos aos municípios da ordem dos R\$ 12,2 bilhões (CNM, 2024). Na Capital, destaca-se que o Lago Guaíba, na região central da cidade, atingiu o nível histórico de 5,35 metros, afetando mais de 160 mil pessoas e quase 40 mil edificações, conforme a plataforma criada pela Prefeitura de Porto Alegre para a publicação de dados do evento. O aeroporto de Porto Alegre, principal do estado, ficou fechado por seis meses.

Poucos meses após o desastre, e a despeito de tentativas de adiamento no estado, foram realizadas eleições em todo o país, inclusive no Rio Grande do Sul. Ainda sob efeito dos impactos sociais e econômicos das enchentes, a disputa pela Prefeitura de Porto Alegre contou com oito candidatos; porém, apenas três — Juliana Brizola (PDT), Maria do Rosário (PT) e Sebastião Melo (MDB) — tiveram direito à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV. Isso ocorreu devido à representação dos seus partidos na Câmara dos Deputados, conforme estabelecido pela Resolução do TSE nº 23.610/2019, atualizada pela Resolução nº 23.732/2024 (Carnielli, Feitosa e Gomes, 2025).

Diante do cenário de crise desenhado poucos meses antes das eleições municipais, era previsível que as enchentes assumissem o centro da agenda eleitoral em

Porto Alegre. A dimensão da tragédia, que afetou diretamente dezenas de bairros e expôs falhas graves na infraestrutura urbana e na gestão de riscos, criou um ambiente propício para que o tema fosse prioritário tanto nas discussões midiáticas como nas estratégias de campanha.

Essa expectativa foi confirmada por dados da pesquisa do Instituto Quaest, divulgada em 27 de agosto de 2024, que indicou que 33% dos eleitores da capital apontavam as enchentes e alagamentos como o principal problema da cidade naquele momento. Conforme a pesquisa, 19% do público consultado entendia que a enchente era o tema mais importante sobre o qual um candidato precisaria tratar, sendo a principal questão apontada.

Tais índices reforçaram a centralidade do tema no debate público e revelaram um deslocamento das preocupações tradicionais do eleitorado — como saúde, segurança e mobilidade urbana — para uma pauta emergencial marcada por perdas materiais, deslocamentos forçados e o sentimento coletivo de vulnerabilidade frente aos efeitos da crise climática.

Considerando o clamor da população pela discussão dessa temática, bem como cientes da gravidade do ocorrido, a hipótese desta pesquisa é a de que haveria um debate ampliado sobre adaptação, resiliência e prevenção, associado às mudanças climáticas, durante as campanhas dos candidatos à prefeitura de Porto Alegre, o que seria perceptível na cobertura eleitoral da imprensa.

O objetivo desta pesquisa, portanto, é analisar como o tema do desastre climático foi tratado por quatro veículos de comunicação de Porto Alegre dentro do noticiário sobre a campanha eleitoral. Para tanto, a pesquisa categorizou, por meio da metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2014), as notícias publicadas em *Correio do Povo*, *GZH*, *Matinal* e *Sul21* no período da campanha eleitoral, durante o 1º e 2º turnos de campanha. Cada matéria da cobertura eleitoral é uma unidade classificatória, sendo aquelas que tinham como intersecção eleições e evento climático as classificadas em todas as categorias. Neste artigo, as categorias foram: veículo, data, matérias sobre eleições e evento climático, denominação dada ao evento climático e responsabilização. Os veículos foram estudados a partir de seus sites ou dos PDFs de edição, no caso do *GZH*.

Os quatro veículos citados foram escolhidos por representar, de um lado, os jornais mais tradicionais e com maior circulação no estado (GZH e Correio do Povo) e, por outro, por serem veículos locais e não hegemônicos ou independentes, localizados em Porto Alegre (Matinal e Sul21). A proposta também foi identificar se havia alguma distinção entre esses modelos de jornalismo.

## 2 A COBERTURA DOS DESASTRES

A cobertura jornalística de qualquer acontecimento está sempre atrelada ao momento em que há o rompimento da normalidade (Traquina, 2002). No contexto dos desastres, essa abordagem fica mais evidente: quando ele eclode, temos uma mobilização de jornalistas para registrar e dar sentido a algo que ainda está em curso. Apesar de o “dia do desastre” (Valencio, 2012) ser um aspecto que aciona o imaginário social, é preciso lembrar que seu contexto é construído antes e perdura para além dele.

Durante a aparição do desastre, há um pico de atenção jornalística, que se desdobra de diferentes formas (reconstitui o acontecimento, presta serviços de utilidade pública, explica o que está ocorrendo etc.), e depois diminui com a fase da recuperação, que, por englobar diferentes temporalidades, pode durar semanas, meses ou anos. Amaral, Loose e Girardi (2024, p. 22) destacam que:

No ponto máximo de um desastre, há um ciclo de atenção midiática recorrente que passa tanto pela criticada espetacularização das cenas fortes, como pelo senso de urgência. As rotinas jornalísticas se desorganizam e a apuração se dá em tempo real, de forma fragilizada, ao mesmo tempo do desenrolar dos acontecimentos.

De acordo com Amaral (2015), a cobertura sobre catástrofe inicia reconstituindo o acontecimento, explica causas, consequências e, depois de esgotadas as informações sobre vítimas e problemas emocionais, o jornalismo discute prevenção e superação. Também levanta responsabilidades pelas causas da tragédia.

Na análise sobre a cobertura do desastre ocorrido em São Sebastião (SP), durante o Carnaval de 2023, Pasuch, Loose e Londe (2024) verificaram que a maioria das notícias produzidas estava orientada para a fase de resposta, concentradas no

primeiro mês após a eclosão, retratando especialmente o que ocorreu e relatos de sobreviventes, em detrimento de suas causas ou consequências em médio e longo prazos.

Em uma situação crítica, a falta de informações das autoridades responsáveis pelo gerenciamento do desastre abre espaço para o vácuo no âmbito da comunicação de riscos (Powell e Leiss, 2005), que tende a ser ocupado por quem procura por visibilidade, e pode gerar a amplificação da desinformação. A disseminação de informações equivocadas encontra-se atrelada a aspectos da própria compreensão que se tem a respeito das causas e respostas, além da confiança que os públicos possuem nos mensageiros ou nos gestores do desastre, para citar alguns exemplos.

No caso do desastre do Rio Grande do Sul, observou-se que, diante de um cenário de muitas incertezas, de demora na articulação centralizada para responder aos anseios da população e de disputas políticas, a cobertura jornalística também precisou reagir à desinformação que circulou, sobretudo, no período de resposta que envolvia medidas emergenciais. Estudo do NETLAB (2024) destaca que conteúdos desinformativos, além de atrapalhar as ações de assistência, sendo produzidos por aqueles que buscam lucrar ou se promover com o desastre, tornaram-se um dos principais motores da tragédia porque influenciaram as decisões políticas.

Pereira e Lucas (2024), ao analisar as postagens sobre as enchentes no RS a partir da rede social “X”, afirmam o papel do funcionamento dos filtros-bolhas, que impedem a captura total de conteúdos por seguirem uma lógica personalizada de distribuição, e apontam como as reações sociais à tragédia tiveram circulação, mesmo sem verificação das informações. Os autores apontam que esse tipo de conteúdo costuma ser amplificado pela plataforma e exemplificam como uma postagem com manifestações contra a prefeitura de Porto Alegre e o Governo Federal, pelo não cumprimento de seus papéis frente às enchentes, teve repercussão. Isso significa que, em meio à desordem informativa, opiniões pessoais receberam significativo realce.

Diante de tal contexto, o Jornalismo assume ainda mais relevância. Victor (2013, p. 11) aponta que, mais do que retratar o desastre, a imprensa poderá contribuir “[...] com a construção de uma sociedade capaz de perceber, conhecer, entender e enfrentar os riscos aos quais está exposta, sem esperar pelo desastre”, ao abrir espaço para ações

de redução de riscos de desastres (RRD). Após o evento, a vigilância constante e acompanhamento do processo de reconstrução, que, conforme o Marco de Sendai (2015), deve sempre ser melhor em relação ao que foi destruído, precisam ser consideradas.

Conforme Amaral, Loose e Girardi (2024), é neste momento que o Jornalismo pode trabalhar na investigação da cadeia de responsabilidades individuais, coletivas e públicas dos desastres. Entretanto, sabe-se que o debate da responsabilização pode vir antes. No caso do desastre climático ocorrido no RS, a excepcional dimensão do acontecimento fez com que a cobertura do durante (fase da resposta, conforme o ciclo de gestão de riscos e desastres) se prolongasse mais que na maioria das situações desencadeadas por ameaças meteorológicas e hidrológicas, inclusive adentrando o período de campanha eleitoral municipal.

Também diante do ocorrido no Rio Grande do Sul em 2024, Castanheira e Padilha (2024) discutiram a diferença entre culpa e responsabilidade, no contexto da crise ecológica, e a comoção pública perante a enchente e suas consequências. Os autores apresentaram duas questões: por que se ignora que os desastres têm relação com a crise ecológica; e como, após esses acontecimentos, aparece um “[...] discurso de desculpabilização e de desresponsabilização dos agentes políticos, sociais e econômicos, que termina por apaziguar a raiva e a indignação perante a negligência e a indiferença” (Ibid., p. 6).

Após o restabelecimento de alguns serviços de Porto Alegre e com a proximidade das eleições municipais, criaram-se expectativas de que o debate ampliado sobre adaptação, resiliência e prevenção associadas às mudanças climáticas se tornaria o foco das campanhas dos candidatos ao governo municipal. As inundações haviam recém ocorrido e os danos eram visíveis por toda a cidade. A responsabilização do poder público poderia dar espaço para medidas propositivas, pensando nos cenários futuros, já previstos pelos cientistas em razão do agravamento da crise climática. Este estudo busca avaliar, então, como o desastre climático foi tratado por veículos de comunicação de Porto Alegre dentro do noticiário sobre a campanha eleitoral.

## 2.1 Cobertura Eleitoral

Diversos pesquisadores de comunicação política discutem a importância das campanhas eleitorais (Travis e Franz, 2011; Jacobson, 2014; Figueiredo, 2008), alertando o cidadão para a necessidade de pensar sobre o tema e entrar no “clima” da eleição. A campanha funciona como uma instância organizadora de informações, fornecendo ao eleitorado dados sobre os candidatos e adversários, mostrando suas diferenças e permitindo a construção da imagem, agenda e propostas políticas (Panke, 2011; Telles, 2009).

Para Habermas (2008), a imprensa é o elo mediador entre as discussões da sociedade e a opinião pública. O autor indica que, em sociedades complexas, somente se um sistema mediático autorregulador adquirir independência com relação ao seu ambiente social, se consegue um retorno entre discurso da elite e sociedade civil responsiva (2008). Para o autor, o poder dos meios de comunicação está no fato de selecionarem as pautas de discussão e processarem esse conteúdo relevante para a sociedade (2008, p. 17). Nesse sentido, a imprensa tem um papel importante em fomentar a opinião pública.

Assim, as campanhas eleitorais organizam as informações e demonstram as diferenças entre candidaturas, enquanto a imprensa trabalha como o meio, o elo entre essas opiniões e o eleitor, selecionando os temas considerados relevantes e fomentando a opinião pública a respeito de questões relevantes na discussão eleitoral.

Uma das características encontradas principalmente no jornalismo político é a construção de notícias baseadas em declarações (Chagas e Cruz, 2022), em uma reprodução do conhecimento produzido por outras instituições sociais, sem a devida checagem e sem espaço para posições contraditórias.

Mundim (2012) desenvolveu pesquisa mais ampla para verificar a influência da cobertura de quatro grandes veículos - Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil - entre 2002 e 2006 nas eleições presidenciais. De acordo com o autor, em 2002, a cobertura da imprensa sobre os então candidatos Lula e Ciro Gomes foi uma das responsáveis pela variação das intenções de voto. Em 2006, o estudo apontou que houve uma cobertura negativa de Lula, apesar disso não o prejudicar. O impacto maior

foi notado durante o escândalo que ficou conhecido como “dossiê tucano”, o que levou o pesquisador a afirmar que a cobertura da imprensa contribuiu decisivamente para a ocorrência do 2º turno em 2006.

O tema “cobertura da mídia em campanhas e a preferência do eleitor” é um campo consolidado no Brasil, com estudos demonstrando, por exemplo, como os posicionamentos políticos e editoriais da Rede Globo se manifestam durante as eleições presidenciais. Dentre estes, os trabalhos de Albuquerque (1994); Boas (2005), Fernandes (2013); Porto (2007, 2012). Outros trabalhos mostram coberturas mais ou menos equilibradas em termos de espaço dado aos candidatos, como Miguel (2004) e Porto (2012). Já Porto, Neves e Lima (2020) analisaram, em paralelo, a cobertura da Rede Globo e Rede Record, e o espaço dado para os principais candidatos a presidente da República em 2018, Lula e Jair Bolsonaro.

A discussão teórica deste artigo resgata duas dimensões. A primeira diz respeito à cobertura de desastres por parte da imprensa; e a segunda, sobre o papel da campanha e da cobertura eleitoral como fonte de informação para o eleitor definir seu voto. A partir dessa revisão de literatura, foi realizada a análise da cobertura eleitoral da campanha de 2024 em Porto Alegre (RS), afetada pela inundação em maio daquele ano, com o objetivo de cruzar essas duas variáveis, ou seja, a cobertura das eleições municipais tendo como foco o desastre climático ocorrido na cidade.

### **3. ANÁLISE DA COBERTURA ELEITORAL COM FOCO NO DESASTRE CLIMÁTICO**

A fim de identificar como o Jornalismo atuou na promoção do debate público sobre prevenção, mitigação e preparação de novos desastres, acompanhamos a cobertura de quatro veículos com sede em Porto Alegre durante o período da campanha eleitoral. Além dos dois principais jornais do Rio Grande do Sul, GZH e Correio do Povo, foram selecionados dois veículos não hegemônicos, o Matinal e o Sul21, que têm menos relação com os grupos econômicos que financiam os maiores.

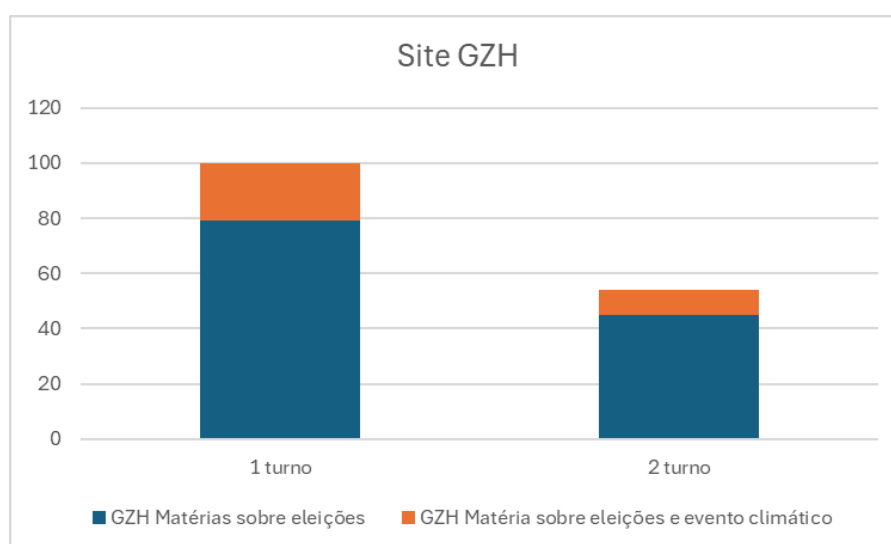
O objetivo dessa pesquisa é analisar de que forma esses meios de comunicação citaram o tema desastre climático na cobertura das eleições de Porto Alegre.

## GZH

O jornal Zero Hora foi fundado em 1964 e é controlado pela empresa RBS. Considerado o principal periódico do Rio Grande do Sul, chegou a circular em todos os municípios gaúchos após 1975. Hoje, a circulação principal se dá através do site GZH, criado em 2017 e que une o conteúdo jornalístico da Gaúcha (rádio da mesma empresa) e da Zero Hora, substituindo os antigos websites dos dois veículos.

Dos quatro veículos analisados o GZH é o que mais falou sobre eleições e enchentes no período analisado.

Gráfico 1 - Matérias que interseccionam os temas eleições e evento climático nos PDFs de edições do GZH



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

No primeiro turno, a frequência de matérias com intersecção entre o tema eleições e enchente foi de 26,5% (21 de 79 publicações que citavam a campanha). Já no segundo turno, esse percentual foi de 20%.

Nas edições da primeira semana de campanha, não houve material que relacionasse as eleições à enchente. Porém, na segunda semana, a partir de 25 de agosto, o tema apareceu na fala dos candidatos. Na edição do dia 25, em publicação que relatava a campanha de rua dos prefeituráveis, o texto citou uma fala do atual prefeito,

Sebastião Melo (MDB), dizendo que a atual gestão não poderia ser “a única responsável pelo sistema de proteção contra cheias”. Ainda declarou que “já tem soluções em andamento, como as obras de recuperação dos diques do Sarandi, na Zona Norte”. Percebe-se que a responsabilização aparece na fala dos candidatos, seja atacando ou defendendo-se, no caso do prefeito.

Em oito matérias, a prefeitura foi indicada como a responsável pela catástrofe. Já em outras quatro, os candidatos apontaram mais de um responsável pelo ocorrido.

Nos dias 28 e 29, ganhou destaque em GZH o resultado de uma pesquisa eleitoral, pela qual os porto alegrenses opinaram sobre as maiores preocupações e o que exigirá atenção do futuro prefeito: a enchente foi citada por 33% dos eleitores<sup>4</sup>. Esta foi uma das únicas pautas geradas pelo próprio veículo sobre o cruzamento dos temas eleições e enchentes. Outra, publicada em 10 de setembro, questionava os candidatos sobre planos para substituição, ou não, do chamado muro da Mauá, uma barreira construída para impedir a passagem da água após outra grande enchente enfrentada pela Capital Gaúcha, em 1941. A publicação contextualiza os projetos para modificação do muro de contenção e, após descrever a situação, pergunta aos quatro candidatos (as) a sua posição perante a questão.

Na semana de 16 a 23 de setembro, a enchente apareceu em eventos de campanha, como, por exemplo, num encontro com entidades empresariais. Na oportunidade, os candidatos se posicionaram sobre de quem seria a responsabilidade pelos estragos ocorridos na cidade. O atual prefeito voltou a afirmar que a gestão não poderia ser responsabilizada, enquanto candidatos de oposição disseram que o desastre não foi uma surpresa e que a gestão municipal poderia ter agido para prevenir e gerir melhor a situação.

Sobre a denominação, a palavra “enchente” apareceu 48 vezes, “cheia” em 16 vezes, “tragédia climática”, dez vezes, e outras denominações, como “alagamento” (sete vezes), “evento histórico” (uma vez) e “desastre climático” (seis vezes) apareceram com menos frequência.

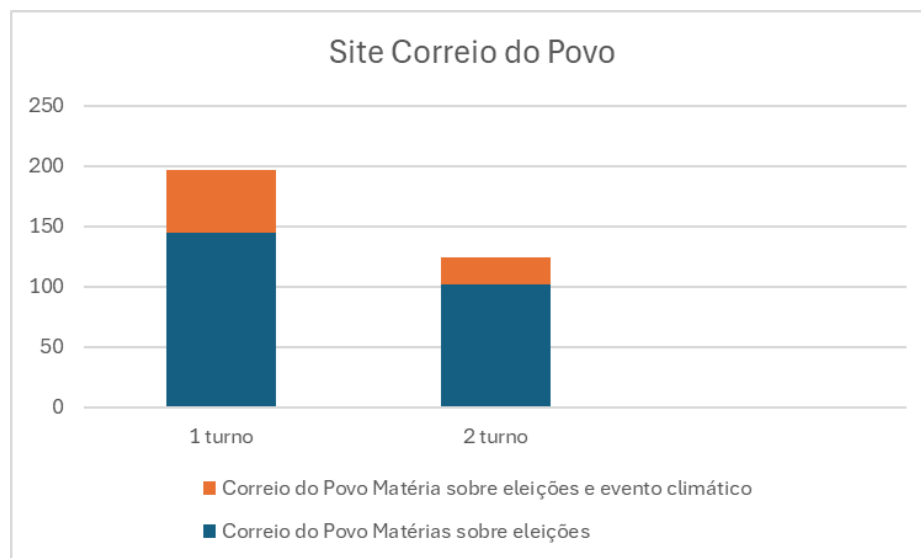
---

<sup>4</sup> Pesquisa Quaest - Período: de 24 a 26 de agosto; amostra: 900 entrevistados; margem de erro: três pontos percentuais para mais ou menos, nível de confiança: 95%; registro: RS-09561/2024 no TSE.

## Correio do Povo

Fundado em 1895, o Correio do Povo, desde 2007, faz parte do Grupo Record, ao qual se somam, no estado, o portal [R7.com](http://R7.com), a TV Record RS e a Rádio Guaíba. Considerado uma das mais antigas e tradicionais publicações brasileiras, o jornal foi fortemente impactado pelas enchentes, com a sede e o parque gráfico submersos. Como desdobramento, a gráfica do jornal foi fechada definitivamente em setembro de 2024. Desde então, o CP segue sendo impresso graças à parceria com o Grupo Sinos, de Novo Hamburgo. Nesse veículo, constatou-se o seguinte quadro de matérias:

Gráfico 2 - Matérias que interseccionam os temas eleições e evento climático no Jornal Correio do Povo



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Percebe-se que, no primeiro turno, de 145 reportagens sobre as eleições, 35,8% (52) são entrecruzadas com o desastre climático em Porto Alegre. No segundo turno essa frequência foi menor, de 21,5% (22 reportagens de um total de 102 que falavam sobre eleições).

Sobre a forma de nomear o acontecimento, a opção escolhida foi, especialmente, “enchente”, que apareceu pelo menos uma vez em 36 das 52 inserções coletadas. “Cheias” também figurou como um dos sinônimos mais citados pelo jornal para se referir ao assunto, com pelo menos uma aparição em nove das matérias coletadas. Nas

sete publicações restantes houve a utilização de expressões como “eventos extremos”, “alagamentos”, “desastre climático” e “inundações”. Também houve destaque ao mês do evento no uso das expressões “águas de maio” e, a mais utilizada, “enchentes de maio”.

A opção por formulações diretamente relacionadas ao clima esteve especialmente conectada ao candidato Sebastião Melo, uma vez que, segundo o exposto no jornal, esta foi a estratégia utilizada pela campanha do emedebista: atribuir a responsabilidade pela enchente exclusivamente a uma crise climática histórica, afastando do ente municipal a incumbência de prevenir os alagamentos. É o que se viu na publicação “Estreia trará enchente, trajetória e aliados”, de 29 de agosto de 2024, que versava sobre o início da propaganda eleitoral gratuita. Quando se referiu ao programa de Sebastião Melo, a repórter informou, recorrendo a uma fonte não citada, que teria como objetivo “enfrentar os problemas de cara, apresentar a situação como uma crise climática histórica sem precedentes, mas que contou com um gestor ativo e eficaz”.

O mesmo aconteceu na publicação de 30 de agosto, também em relação aos programas eleitorais. Na ocasião, a colunista afirmou que Melo enfrentava críticas e cobranças pela atuação da sua gestão nas enchentes, e “associou o episódio a eventos climáticos enfrentados por nações de todo o mundo”. Em 6 de setembro, falando sobre as estratégias para o último mês de campanha, Correio do Povo voltou a afirmar que “A campanha [de Sebastião Melo] quer vincular a tragédia exclusivamente às mudanças climáticas, desfazendo o entendimento de que a prefeitura poderia ter evitado pelo menos em parte os problemas”.

Uma das poucas reportagens que se dedicaram especificamente à enchente foi publicada em 21 de setembro. Com o título “Enchentes pautam planos para o meio ambiente”, a publicação verificou as propostas dos candidatos para impedir uma nova tragédia climática. Além desta, apenas nas entrevistas feitas inicialmente com os prefeitáveis e candidatos a vice, a enchente foi citada com destaque. Maria do Rosário, Juliana Brizola e Thiago Duarte (candidato a vice na chapa de Juliana, também conhecido como Doutor Thiago) responsabilizaram a gestão Melo, de alguma forma, pela situação, especialmente apontando a negligência na manutenção do sistema de prevenção. Um exemplo está em: “Estamos diante de uma tragédia com determinantes

ambientais, mas que, sob vários aspectos, poderia ter sido evitada, porque Porto Alegre tem um sistema robusto de prevenção às cheias. O diagnóstico que os especialistas fazem é de que este sistema não recebeu a manutenção devida”, atribuída a Rosário.

No Correio do Povo, as soluções apresentadas pelos candidatos estavam mais focadas na prevenção. Das 12 publicações que apresentaram algum tipo de solução, seis diziam respeito a medidas que visavam a restabelecer as condições de segurança e habitabilidade, bem como os serviços essenciais à população na área atingida pelo desastre, isto é, na reconstrução. Cinco trouxeram medidas para otimizar as ações de resposta e minimizar os danos e as perdas decorrentes do desastre, classificadas como respostas. Já em relação à prevenção, foram nove as publicações que apresentaram alguma estratégia para evitar novos desastres.

No segundo turno, a intersecção entre enchentes e eleições municipais trouxe 22 publicações, todas remetendo ao acontecimento de forma muito breve. O motivo foi citado na matéria publicada em 7 de outubro, dia seguinte ao pleito, intitulada “Em POA, 2º turno entre Melo e Rosário, por pouco”. Segundo o texto, “Ficou claro que as investidas contra Melo, como as críticas sobre a atuação dele durante as enchentes, não foram eficientes”. Três dias depois, em 10 de outubro, a publicação “PT aposta nas bases, horário eleitoral e Lula” definiu o caminho que seria seguido: “Se no primeiro turno as enchentes foram o centro, agora é preciso focar também nos outros problemas enfrentados pela cidade, como o transporte público”.

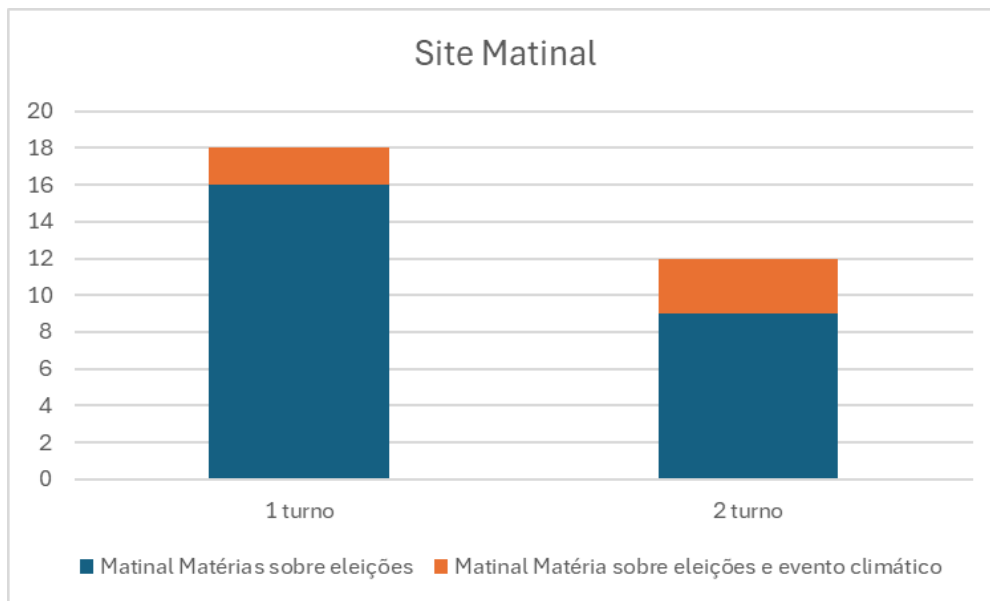
As enchentes voltaram a ser citadas após o segundo turno como motivos para o resultado do pleito. Em 28 de outubro, na publicação “Candidata petista não alcança meta interna de 40% dos votos”, a repórter afirma que “a campanha petista terminava o primeiro turno dando espaço demais para as cheias e a tragédia que elas geraram, mas sem conseguir rebater de forma enfática as “ciladas” do adversário”. Na mesma data, ainda com vistas a justificar o resultado, afirma-se que “Também entra nesse cálculo a baixa exploração dos feitos do governo federal durante as enchentes para a cidade.” De acordo com a publicação, as pessoas não conseguiam enxergar em Porto Alegre o que foi feito pelo Governo Federal, petista, no contexto do desastre.

Das 22 publicações, 15 se referiram à relação entre Sebastião Melo e as enchentes, que não havia se traduzido em derrota nas urnas, embora, em certos locais, tenha diminuído sua folga em relação a Rosário.

### Matinal

Trata-se de um veículo que nasceu no ambiente digital, em 2019, com foco na cobertura local e de cultura em Porto Alegre. Autodenominado independente, afirma trazer conteúdos sobre desenvolvimento social e urbano, meio ambiente, política, cultura e identidade, com contexto, equilíbrio e independência para oferecer uma abordagem crítica dos fatos. Um primeiro aspecto que é possível destacar em relação aos veículos hegemônicos é que o Matinal possui uma produção menor de notícias, enquanto identificamos cerca de 100 notícias no 1º turno em GZH e cerca de 200 em Correio do Povo, aqui temos menos de 20.

Gráfico 3 - Matérias que interseccionam os temas eleições e evento climático no site Matinal



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Durante o período das eleições municipais, a intersecção aqui analisada não apareceu muitas vezes. Das 16 notícias encontradas sobre as eleições, apenas duas traziam a relação com o desastre climático.

A primeira reportagem (16/08/2024) trata de uma medida judicial acerca do apagamento de um grafite que mostrava Melo imerso nas enchentes, uma clara associação à responsabilização pelo desastre, mas que é reportada objetivamente sem aprofundamento do contexto.

A segunda reportagem do 1º turno (05/09/2024) traz uma crítica de especialistas na área de gestão de riscos e desastres sobre o pouco aprofundamento das ações previstas nos planos de governo, inclusive citando uma carta que responsabilizava a atual gestão por falta de manutenção permanente do sistema de proteção contra enchentes. Matinal apresenta em sua cobertura os problemas da gestão de Melo, trazidos pelas candidatas adversárias, Juliana Brizola e Maria do Rosário, mas também coloca que Melo critica o governo federal (05/09/2024).

No 2º turno, das nove notícias sobre as eleições, três apresentavam a intersecção temática. Em matéria publicada em 18 de outubro, ao trazer a informação de que Melo vence o primeiro turno em zonas eleitorais que foram fortemente afetadas, a reportagem destaca que além das enchentes, “[...] ao longo dos seus três anos e 10 meses, teve de lidar com denúncias de corrupção na Secretaria Municipal da Educação e uma persistente e longa fila no acesso ao ensino infantil, além das 11 trágicas mortes ocorridas no incêndio da Pousada Garoa”. Apesar disso, traz a explicação sobre a razão de Melo não estar relacionado às causas da enchente: “[...] o prefeito acabou não carregando a culpa da enchente, na avaliação do cientista político. “O foco da oposição, ao direcionar a crítica da enchente a Melo, não levou em conta que, para muita gente, a enchente é um fenômeno da natureza. E o discurso do prefeito não é descabido: nunca choveu tanto na cidade”, observou. Outras questões, como o contexto político, também foram apresentadas por especialistas. Reportagem do dia 25 de outubro aponta a presença de aliados de Melo nos territórios mais afetados, retoma a responsabilização da prefeitura, ainda que a população pareça ter atribuído o desastre às fortes chuvas.

Em relação à denominação, enchente/s foi o termo adotado amplamente, com 46 menções nas cinco reportagens analisadas.

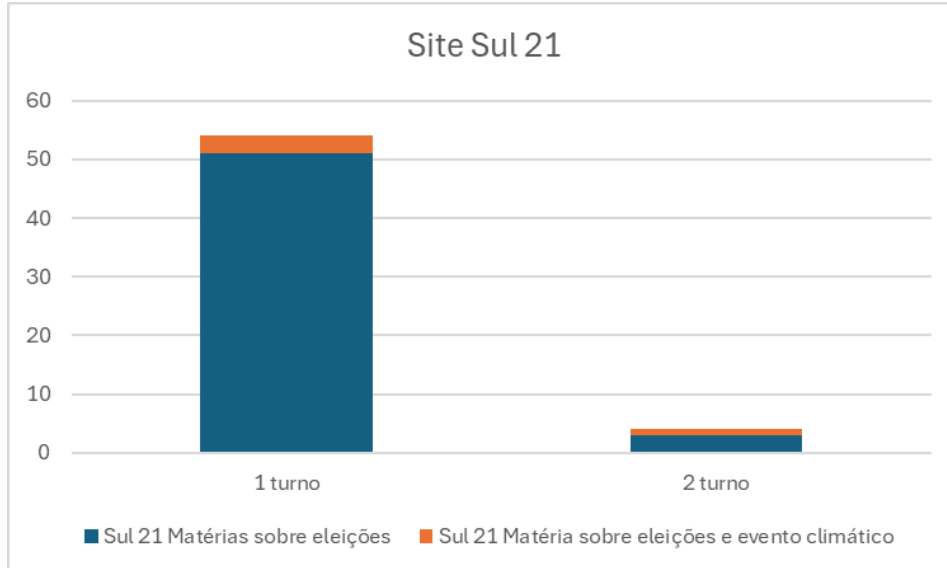
Observa-se que os efeitos do desastre não aparecem muito, sendo colocados como parte do contexto dos entrevistados, como um morador que teve sua moradia inundada. As três últimas reportagens de Matinal tentam entender como Melo segue à

frente na disputa eleitoral, considerando sua negligência em medidas de prevenção que agravaram os impactos da inundação na capital. Fontes foram entrevistadas para analisar suas estratégias políticas e as falhas nas outras candidaturas.

## Sul 21

Mais antigo que Matinal, Sul21 surgiu em 2010, como contraponto à mídia hegemônica em Porto Alegre. É um veículo administrado coletivamente pelos jornalistas envolvidos no dia a dia da redação, apresentando pautas como questões de gênero, diversidade cultural e religiosa, lutas por terra e moradia, meio ambiente, saúde e educação públicas, democracia e cidadania, e grupos historicamente invisibilizados. No primeiro turno, observou-se mais volume de notícias que o Matinal, pouco mais de 60, mas ainda ficando aquém dos veículos mais consolidados e com maior sustentação financeira.

Gráfico 4 - Matérias que interseccionam os temas eleições e evento climático no site Sul 21



Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

No primeiro turno, das 59 notícias publicadas sobre eleições, três mencionaram o desastre, representando cerca de 5%. Já no segundo turno, a interface estudada apareceu em uma única notícia, das 32 publicadas.

As reportagens do Sul21 na interface entre eleições e desastre climático se centram nos planos de governo (28/08/2024), nas propostas do debate eleitoral (05/10/2028) e no desafio de se preparar para enfrentar os eventos climáticos extremos futuros (04/10/2025). Nesse contexto, os efeitos das enchentes não foram prioritários, existindo um enquadramento orientado para as medidas de contenção das enchentes e outras formas de tornar Porto Alegre mais resiliente.

No que diz respeito à denominação do desastre, o termo mais usado na cobertura foi enchente. Nas quatro reportagens identificadas no período, o termo foi usado 30 vezes. De forma mais pontual foram usados para se referir ao acontecimento que eclodiu em maio de 2024 os termos desastre (três vezes) e cheia (uma vez).

Acerca da responsabilização, que também não foi o foco das reportagens analisadas, o jornal trouxe uma crítica à gestão municipal atual quando introduziu as propostas do plano de governo de Sebastião Melo: “Atual prefeito e alvo de críticas sob argumentação de que fez má gestão durante a tragédia de maio, Sebastião Melo (MDB) reforça, em seu plano de governo, a tentativa de consolidar a ideia de que teve bom desempenho à frente da prefeitura durante a enchente histórica” (28/08/2024). Nessa mesma matéria, uma das candidatas problematizou as terceirizações de serviços públicos e apontou que a enchente de maio “não foi desastre, foi negligência”, responsabilizando a gestão de forma indireta. O poder público, de maneira geral, também apareceu como responsável na citação de uma das fontes, em reportagem de 4 de outubro: “Tem muito pouca dedicação do poder público em lidar com esse tema, porque muitas vezes isso implica lidar com a questão das enchentes e com a questão da ocupação do solo. E aí tem a pressão do mercado imobiliário, então é uma questão que a gente sabe que não é simples”.

A única reportagem que evidenciou essa relação no 2º turno (07/10/2024), trazendo os resultados do 1º, expôs os dados de que Melo venceu no bairro Humaitá, 4º Distrito e Sarandi, os mais afetados pela enchente, mas sem aprofundar as razões, apenas informando os números da votação por zona eleitoral.

Destaca-se que a primeira reportagem de Sul21 apresentou consonância com a hipótese desta pesquisa: de que a experiência vivenciada pelos porto-alegrenses em

maio de 2024 ressoasse nas campanhas municipais. O repórter buscou observar como o acontecimento se fez presente nos planos de governo e iniciou assim:

Como é natural após uma enchente da magnitude da que atingiu o Rio Grande do Sul em maio deste ano, os candidatos e candidatas à prefeitura de Porto Alegre, em sua maioria, inseriram o assunto nos planos de governo registrados junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Dos oito postulantes à vaga, seis apresentam propostas de prevenção e redução de danos de enchentes. A estratégia discursiva adotada pelas candidaturas para redes sociais e sabatinas se faz presente também nas propostas de governo. (Sul21, 28/08/2024).

De igual forma, reportagem republicada da Agência Pública por Matinal, em 5 de setembro, destacou que em razão das enchentes foi verificado que a maior parte dos candidatos abordaram a questão em seus planos: “Ao menos no papel, a dimensão da tragédia fez com que o assunto ganhasse relevância inédita na disputa eleitoral porto-alegrense [...]”.

Logo, embora os veículos não hegemônicos tenham limites em termos de volume de produção, se comparados aos hegemônicos, foram eles que trouxeram questionamentos que se vislumbravam a partir da hipótese desse estudo.

## **4 CONSIDERAÇÕES**

O presente trabalho teve como objetivo analisar como o desastre climático ocorrido em Porto Alegre foi pautado por quatro veículos jornalísticos da cidade, durante o período eleitoral ocorrido no mesmo ano. Diante do cenário de crise desenhado a poucos meses das eleições municipais, partiu-se da hipótese de que as enchentes assumissem o centro da agenda eleitoral em Porto Alegre e, consequentemente, da pauta desses veículos.

Para isso, partiu-se de um marco teórico que analisou tanto a cobertura de desastres climáticos como a construção do discurso eleitoral por parte dos candidatos. Dentre esses estudos estão alguns que mostram a importância da imprensa ao contribuir para o entendimento e enfrentamento de desastres climáticos (Victor, 2013; Amaral, 2015), e a discussão sobre responsabilidades (Amaral, Loose e Girardi, 2024;

Castenheira e Padilha, 2024). Já a respeito da cobertura eleitoral, apresentou trabalhos que falam dela como uma instância organizadora de temas considerados importantes para os eleitores (Panke, 2011; Telles, 2009) e como a mídia é o elo mediador entre as discussões relevantes para a sociedade e o que se torna tema de opinião pública (Habermas, 2008), além de compreender que o jornalismo político é por muitas vezes apenas declarativo, reproduzindo fala dos atores envolvidos no processo eleitoral (Chagas e Cruz, 2022), como foi percebido na análise dos dados.

Realizou-se a categorização das publicações, a partir da Análise de Conteúdo, sobre a cobertura eleitoral da cidade de Porto Alegre de quatro veículos: GZH e Correio do Povo, considerados para efeito de pesquisa dois veículos hegemônicos, e o Matinal e o Sul21, que têm menos relação com os grupos econômicos que financiam os maiores, ou seja, não hegemônicos. As categorias foram definidas de forma a identificar como esses meios de comunicação trouxeram o desastre climático na cobertura das eleições de Porto Alegre.

A presente análise revelou que o desastre climático que atingiu Porto Alegre não teve nem relevância em termos de presença, mas, principalmente, houve falta de aprofundamento ao longo da cobertura eleitoral, como assinalava a hipótese de pesquisa. O GZH e Correio do Povo, até citaram o evento climático em respectivamente 20,5% e 35,8% no primeiro turno e 20% e 21% no segundo, porém, muito em reação a discursos proferidos pelos próprios candidatos e muito pouco por iniciativa da própria pauta, tornando-se porta-vozes das falas dos candidatos, sem muitos questionamentos.

Embora identifiquemos matérias de Matinal e Sul21 sobre o tema, a abordagem foi pontual. Nesses veículos, considerados não-hegemônicos, e com isso com menos pressão comercial e editorial, era esperado que o tema surgisse de forma mais aprofundada, ou de maneira mais crítica, mesmo sabendo da pouca estrutura que têm para cobertura eleitoral ampla.

O que registramos com o levantamento nos quatro veículos é que a crise climática e as enchentes quase sempre são citadas de forma superficial, sem discussão sobre como as medidas seriam feitas, em qual período, ou com qual prioridade. Apesar de a cidade estar visivelmente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, essa

questão aparece em poucas notícias da cobertura eleitoral, em todos os veículos analisados.

Importante destacar que Sul21 e Matinal são veículos locais e, portanto, têm mais ênfase na responsabilização municipal; enquanto Correio do Povo e GZH são veículos com abrangência estadual. Esperava-se que os dois veículos não hegemônicos fossem promover maior discussão sobre o tema, o que não foi confirmado. Dos quatro, GZH foi o que discutiu o tema com maior frequência, porém muito mais reproduzindo falas dos candidatos do que propondo o debate em questão. Apenas em duas matérias o tema foi claramente proposto pelo veículo. Além disso, durante a campanha, o ocorrido foi tratado mais de uma enchente do que um desastre climático, de acordo com as menções em palavras no texto das publicações.

Dessa forma, apesar do impacto do desastre para a cidade de Porto Alegre, com consequências urbanas, sociais, econômicas e emocionais, os jornais analisados não priorizaram a discussão sobre o futuro da cidade, as responsabilizações, ou mesmo como evitar novos eventos na cobertura eleitoral.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Brasília: ANA, 2025.

ALBUQUERQUE, A. de. A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. **Comunicação & Política**, v. 1, n. 1, p. 23-40, 1994.

AMARAL, Márcia F; LOOSE, Eloisa B.; GIRARDI, Ilza M. T. (Orgs.) **Manual para a cobertura jornalística dos desastres climáticos**. 1. ed. Santa Maria: Editora Facos, 2024.

AMARAL, Márcia F., Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **Líbero**, v. 18, n. 36, p. 43-54, 2015.

BOAS, T. Television and neopopulism in Latin America: Media effects in Brazil and Peru. **Latin American Research Review**, v. 40, n. 2, p. 27-49. 2005.

CARNIELLI, Fiorenza Zandonade; FEITOSA, Sara Alves; GOMES, Janaína. Comunicação pública e eleições: o acontecimento das enchentes de 2024 e sua tematização no HGPE de Porto Alegre. In: **Anais da COMPÓS – Congresso de Ciências da Comunicação**, 34. Curitiba-PR, 2025.

CASTANHEIRA, Nuno Pereira; PADILHA, Rafael. Culpa, responsabilidade e mudanças climáticas: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul. **Revista Opinião Filosófica**, v. 15, n. 2, e1219, p. 1-21, julho-agosto, 2024.

CHAGAS, Luãn; DA CRUZ, Marcio. Rádio que virou partido: jornalismo declaratório e passividade na cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan. Radiofonias – **Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 13, n. 02, p. 33-52, jan./abr. 2022.

CHAGAS, Luãn; DA CRUZ, Marcio. Jornalismo declaratório na cobertura eleitoral e a dependência das fontes oficiais. **Sur le journalisme - About journalism - Sobre jornalismo** - Vol 11, n°2 – 2022.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Balanço das chuvas no Rio Grande do Sul aponta para R\$ 12,2 bilhões em prejuízos financeiros. **Portal CNM**, 2024. Disponível em: <https://www.cnm.org.br>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FERNANDES, C. Rede Globo de Televisão: hegemonia e poder na trajetória do telejornalismo brasileiro. **Punto Cero**, v. 18, n. 27, p. 31-38, 2013.

FIGUEIREDO, Marcus, **A Decisão do Voto – Democracia e Racionalidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação política na sociedade midiática. **Líbero**, Ano XI, n 21 Jun 2008.

JACOBSON, Gary C. How Do Campaigns Matter? **Annual Review of Political Science**. Vol. 18:31-47, May, 2015.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, n. 55-56, p.155-184, 2002.

MUNDIM, Pedro. Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 123-147, fev. 2012

NETLAB. *Enchentes no Rio Grande do Sul: uma análise da desinformação multiplataforma sobre o desastre climático*. **Netlab**, 2024 Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/enchentes-norio-grande-do-sul-uma-analise-da-desinforma-ao-multiplataforma-sobre-o-desastre-climatico>. Acesso em: 05 Mai. 2025.

PEREIRA, Gustavo Teixeira de Faria; LUCAS, Marcello Kochhann. Informação, desinformação e infodemia: análise de conteúdos divulgados sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. **Comunicação Midiática**, v. 19, n. 1, p. 54-76, 2024.

PORTO, M. Framing controversies: television and the 2002 presidential election in Brazil. **Political Communication**, v. 24, v. 1, p.19–36, 2007.

PORTO, M. Media, Power and Democratization in Brazil: TV Globo and the Dilemmas of **Political Accountability**. New York: Routledge, 2012.

PORTO, Mauro, NEVES, Daniela, LIMA, Bárbara. Crise hegemônica, ascensão da extrema direita e paralelismo político: Globo e Record nas eleições presidenciais de 2018. **Revista Compolítica** 2020, vol. 10(1)

POWELL, Douglas; LEISS, William. Um diagnóstico das falhas de comunicação sobre riscos. In: Massarani, Luisa; Turney, Jon; Castro Moreira, Ildeu de (Orgs.). **Terra incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. pp.183-201.

PANKE, Luciana, Discurso e propaganda eleitoral: conceitos e técnicas, XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Recife, 2011.

PASUCH, Leticia Menezes; LOOSE, Eloisa Beling; LONDE, Luciana R.. O que a imprensa apresenta logo após um desastre? Análise da cobertura do caso de São Sebastião (SP) em

fevereiro de 2023. In: **Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul** (Frederico Westphalen, RS). Anais [recurso eletrônico], São Paulo: Intercom, 2024.

TELLES, Helcimara de Souza, Estratégias de Campanha Política: slogans e retóricas nas eleições para prefeitos no Brasil, in **America Latina Hoy**, nº 51. Salamanca: Editora Universidade de Salamanca, 2009.

TRAQUINA, Nelson. *O que é Jornalismo*. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAVIS, Ridout, FRANZ, Michael M. **The persuasive power of campaign advertising**. Philadelphia: Temple University Press, 2011.

VALENCIO, Norma. *Para além do ‘dia do desastre’*: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

VICTOR, Cilene. **RRD - mídia e jornalistas**. Florianópolis: INEPED, 2013.

ZUFFO, A. C. [R3] et al. Nota Técnica Prof Água UFRGS. Porto Alegre: IPH/UFRGS, 2024. Disponível em: <<https://www.confea.org.br/midias/uploads-imce/Nota-Tecnica-ProfAgua-UFRGS-1.pdf>>. Acesso em: 03 ago 2025.

*Original recebido em: 14 de outubro de 2025*

*Aceito para publicação em: 19 de dezembro de 2025*

*Daniela Neves*

Jornalista, doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, pesquisadora da área de comunicação política, democracia eleitoral. É comunicadora social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

*Eloisa Beling Loose*

Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora na área de comunicação e mudanças climáticas, com estudos voltados para a redução de riscos e desastres. Doutora em Comunicação pela UFRGS e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Coordena o Laboratório de Comunicação Climática (UFRGS/CNPq).

*Eutalita Bezerra da Silva*

Mestra e Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro dos grupos de pesquisa Jornalismo Ambiental (GPJA) e Televisão e Audiências (GPTV) e do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul. Tem experiência em jornalismo e processos editoriais com ênfase em jornalismo ambiental, memória e telejornalismo.



Esta obra está licenciada com uma Licença  
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional